



ESTADO DO PARÁ
CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 00933

O Plenário do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em sessão realizada no dia 6 de outubro de 1987,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 10 e 11 da Lei nº 5.384, de 31.08.1987, e art. 3º da Lei nº 604, de 20.05.1953,

CONSIDERANDO que na forma do art. 83 da Constituição Estadual, o Conselho de Contas dos Municípios exerce as mesmas atribuições conferidas ao Tribunal de Justiça do Estado no art. 125, II,

CONSIDERANDO que os Auditores do Conselho de Contas dos Municípios são substitutos dos Conselheiros do Conselho de Contas dos Municípios,

CONSIDERANDO que tem sido uma constante assegurar aos Auditores do Conselho de Contas dos Municípios, os mesmos vencimentos, vantagens, critérios e reajustes dos Auditores da Justiça Militar do Estado,

CONSIDERANDO a proposição da Presidência apresentada nesta sessão,

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicam-se aos Auditores do Conselho de Contas dos Municípios as mesmas vantagens, índices e critérios de reajuste instituídos pela Lei nº 5.384, de 31 de agosto de 1987, em favor da magistratura, combinado com o art. 3º da Lei nº 604, de 20.05.1953.

-cont-



ESTADO DO PARÁ
CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

-02-

RESOLUÇÃO Nº 00933

Art. 2º - Os efeitos financeiros deste reajuste retroa-
girão a 1º de maio de 1987 e os respectivos encargos correrão a
conta do orçamento geral do Estado.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de
sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das sessões do Conselho de Contas dos Municípios
do Estado do Pará, em 6 de outubro de 1987.

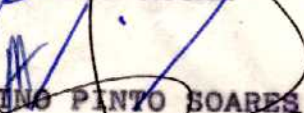

Conselheiro LECYR RIODEADES


Presidente


Conselheiro HAROLDO JULIÃO DA GAMA


Conselheiro PAULO DOURADO


Conselheiro IRANALDYR ROCHA


Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES


Conselheiro LORIVAL MAGALHÃES

Foi presente: Procurador-Chefe Alcides Alcântara